

TRAJETÓRIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL

TRAJECTORIES OF FAMILY FARM AND REGIONAL DEVELOPMENT: A LONGITUDINAL ANALYSIS

TRAYECTORIAS DE LA AGRICULTURA FAMILIAR Y DESARROLLO REGIONAL: UN ANALISIS LONGITUDINAL

Vanderlei Franck Thies¹
Marcelo Antonio Conterato²
Evandro Pedro Schneider³

RESUMO

O objetivo deste artigo é identificar as mudanças realizadas nos sistemas produtivos de agricultores familiares e discutir as implicações que elas geram nas dinâmicas de desenvolvimento regional. Foi realizada pesquisa com caráter histórico e comparativo, por meio da análise longitudinal das trajetórias de agricultores familiares do município de Salvador das Missões, no Rio Grande do Sul. Dados primários foram coletados com as mesmas famílias, em 2003 e 2018, sendo eles organizados e analisados através da comparação de painéis e estatística descritiva. Foram identificados três tipos de trajetórias familiares, com diferentes implicações para o desenvolvimento regional, sendo elas: desagrarização total, autoconsumo e intensificação das formas empresariais de agricultura. Esta última mostrou-se predominante e dinamiza a economia regional, mas a torna fortemente dependente dos impérios alimentares, gerando exclusão produtiva de muitas famílias e concentração das riquezas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Trajetórias. Longitudinal. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

The objective of this article is to identify the changes made in the productive systems of family farmers and to analyze the implications that they generate in the dynamics of regional development. A historical and comparative research was carried out through the longitudinal analysis of the trajectories of family farmers in the municipality of Salvador das Missões, in Rio Grande do Sul. Primary data were collected from the same families in 2003 and 2018, and they were organized and analyzed by comparing panels and descriptive statistics. Three types of family trajectories have been identified, with different implications for regional

¹Doutor. Professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil. E-mail: vftc3@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0647-1906>.

²Doutor. Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: marcelo.conterato@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8593-6590>.

³Doutor. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Cerro Largo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: evandro.schneider@uffs.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4765-260X>.

development: total deagrarianization, production for self-consumption and intensification of entrepreneurial forms of agriculture. The latter proved to be predominant and dynamizes the regional economy, but makes it strongly dependent on food empires, generating the productive exclusion of many families and concentration of wealth.

Keywords: Family Farming. Trajectories. Longitudinal. Regional Development.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es identificar los cambios realizados en los sistemas productivos de los agricultores familiares y discutir los efectos que estos generan en las dinámicas de desarrollo regional. Se realizó una investigación de carácter histórico y comparativo, a través del análisis longitudinal de las trayectorias familiares en el municipio de Salvador das Missões – Rio Grande do Sul. Los datos primarios fueron obtenidos con las mismas familias, en 2003 y 2018, siendo organizados y analizados a través de la comparación de paneles y estadística descriptiva. Se identificaron tres tipos de trayectorias familiares, con diferentes efectos para el desarrollo regional, siendo estas: desagrarización total, autoconsumo y intensificación de las formas empresariales de la agricultura. Esta última se mostró predominante y dinamiza la economía regional, pero es fuertemente dependiente de los imperios alimentares, generando exclusión productiva de muchas familias y concentración de la riqueza.

Palabras claves: Agricultura Familiar. Trayectorias. Longitudinal. Desarrollo Regional.

Como citar este artigo: THIES, Vanderlei Franck; CONTERATO, Marcelo Antonio; SCHNEIDER, Evandro Pedro. Trajetórias da agricultura familiar e desenvolvimento regional: uma análise longitudinal. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, p. 58-73, 04 mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12.3548>

Artigo recebido em: 08/02/2021

Artigo aprovado em: 06/12/2021

Artigo publicado em: 04/03/2022

1 INTRODUÇÃO

A temática do presente artigo são as interfaces entre agricultura e desenvolvimento regional, discutindo as implicações que as mudanças nas formas de agricultura acarretam para a dinâmica territorial. Trata-se de estudo longitudinal, realizado num intervalo de tempo de quinze anos, em que analisa-se as trajetórias do mesmo grupo de famílias agricultoras, para identificar as mudanças nos padrões agrícolas e as perspectivas de desenvolvimento daí decorrentes.

As narrativas e teorias sobre desenvolvimento rural foram substantivamente modificadas com a incorporação do enfoque territorial, no final do século XX (FAVARETO; BERDEGUÉ, 2018). Desde então ganhou força o entendimento que desenvolvimento rural e territorial são dimensões que dialogam fortemente entre si e que a noção de território não pode prescindir da discussão sobre as transformações históricas e contemporâneas nos espaços rurais

(LEITE, 2020), especialmente em países como o Brasil, onde o rural e seus diversos atores têm forte incidência sobre as trajetórias de desenvolvimento.

Além da necessidade de uma política de ordenamento territorial, do aperfeiçoamento de políticas públicas já existentes e da gestão antecipada de conflitos socioambientais, a transição para a sustentabilidade demanda nova configuração da matriz produtiva brasileira, que envolva, entre outras, as atividades que compõem o conglomerado agrícola-alimentar (FAVARETO, 2019). No domínio específico dos sistemas alimentares contemporâneos, desde a intensificação da globalização, tem aumentado a influência dos impérios alimentares, que impulsionam formas empresariais e capitalistas de agricultura, em detrimento das formas camponesas (PLOEG, 2008), alterando sensivelmente a paisagem agrária e os espaços territoriais, especialmente onde a agricultura possui maior relevância nos processos de desenvolvimento, como é o caso da região das Missões, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul (RS).

Conforme Ploeg (2017), é necessário desenvolver novas abordagens e metodologias para o estudo das trajetórias históricas na agricultura e para a explicação das transformações longitudinais nos espaços rurais, pois observa-se enorme carência de estudos dessa natureza, tanto na literatura nacional como internacional. É nesse contexto que indaga-se sobre como as mudanças nos padrões agrícolas ao longo do tempo, mais especificamente, como as alterações realizadas pelos agricultores nas formas de fazer agricultura, impactam as trajetórias regionais de desenvolvimento?

O objetivo do trabalho é identificar as mudanças realizadas ao longo do tempo nas formas de fazer agricultura de agricultores familiares da região das Missões do RS e discutir as implicações que elas geram na configuração regional e nas dinâmicas de desenvolvimento.

Após essa introdução, detalha-se os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa que embasa o presente artigo. Na sequência, apresenta-se duas seções com as referências conceituais que sustentam a análise. Depois disso, realiza-se a apresentação e discussão dos resultados e, com base neles, por fim, apresenta-se as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Em termos conceituais a pesquisa realizada baseia-se na combinação do método histórico e do comparativo, pois busca a compreensão das dinâmicas do presente através da análise da evolução histórica dos fenômenos, ao mesmo tempo em que considera as similitudes e diferenças entre grupos sociais para explicar a diferenciação de suas configurações e trajetórias ao longo do tempo (MARCONI; LAKATOS, 2010).

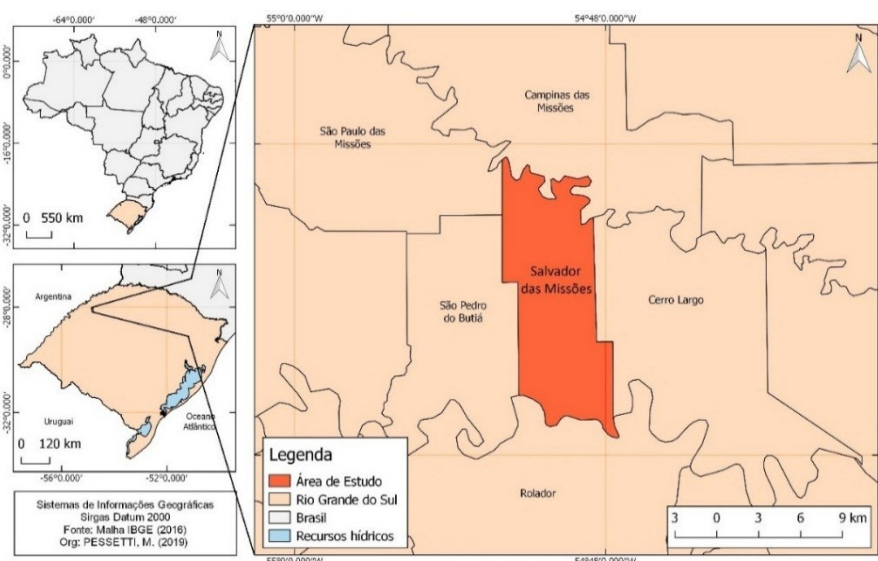
A perspectiva de estudo longitudinal (PLOEG, 2017) busca explicar os processos de transformação do território a partir da consideração das mudanças vividas pelas famílias rurais ao longo do tempo. Para tal, considera-se suas configurações específicas, em termos demográficos e de condições produtivas, a partir das quais desenvolvem estratégias para se relacionar com os processos sociais mais amplos, nos espaços territoriais onde estão inseridas.

Além de revisão de literatura, foi realizada pesquisa de campo junto a 58 famílias agricultoras do município gaúcho de Salvador das Missões (Figura 1). Os dados foram coletados com as mesmas famílias no ano de 2003 e de 2018, adotando-se os mesmos

procedimentos e considerando as mesmas variáveis, destacadamente: características das famílias, recursos disponíveis, configuração dos sistemas produtivos, custos e valor da produção agropecuária, formação da renda, participação social e acesso a políticas públicas⁴.

A amostra foi do tipo sistemática por comunidade e as famílias foram definidas através de sorteio. Definiu-se por uma amostragem de 10% das propriedades rurais do município, o que resultou no número de famílias consultadas. Todas as famílias pesquisadas em 2003 foram encontradas e participaram da pesquisa em 2018, embora parte delas tenha transferido o domicílio para outros municípios.

Figura 1 – Localização do município de Salvador das Missões, Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração dos autores.

Após a coleta e tabulação dos dados eles foram analisados através da comparação de painéis (GIL, 2008) e com uso de estatísticas descritivas. Todos os valores monetários coletados em 2003 foram atualizados para 2018, através do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). As análises econômicas e os cálculos realizados sobre o valor da produção seguiram os procedimentos recomendados por Lima *et al.* (1995).

3 AGRICULTURA FAMILIAR E MERCANTILIZAÇÃO

O espaço rural é integrado por uma complexa rede de relações sociais, políticas, econômicas e culturais, onde as transformações e mudanças ocorrem de diversos modos, sendo os agricultores familiares um dos atores que atuam nesse espaço (SCHNEIDER, 2009). Esses agricultores, no exercício de sua capacidade de agência, são ativos desenvolvedores de

⁴No ano de 2003 os dados foram coletados como parte do projeto de pesquisa Agricultura Familiar Desenvolvimento Local e Pluriatividade no RS e referiram-se ao ano agrícola 2002. Esse projeto foi executado em parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). O acesso ao banco de dados do referido projeto viabilizou as análises aqui realizadas. A coleta de dados, em 2018, refere-se ao ano agrícola 2017, por isso, atente-se o leitor, os resultados farão referência aos anos 2002 e 2017. Nesse segundo dano da pesquisa a mesma foi realizada através de parceria entre a UFRGS e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – Cerro Largo).

estratégias (LONG, 2007) e possuem capacidade de resistência e adaptação frente às forças advindas da sociedade englobante em que estão inseridos (WANDERLEY, 2009).

Os anos da década de 1990 foram marcados pela emergência da noção de agricultura familiar, o mesmo acontecendo, na década seguinte, com a abordagem territorial do desenvolvimento e nos anos mais recentes acrescenta-se à agenda acadêmica e das políticas públicas a importância dos mercados, da segurança alimentar e nutricional, da sustentabilidade e a articulação rural-urbano nos territórios (FAVARETO, 2010; 2019; GRISA; SCHNEIDER, 2015; FAVARETO; BERDEGUÉ, 2018; CARON *et al.*, 2020; LEITE, 2020).

A agricultura familiar é uma categoria social que utiliza predominantemente a força de trabalho da própria família para produzir, geralmente em pequenas áreas de terra, produtos destinados ao autoconsumo e também para a venda. Ela caracteriza-se como uma forma específica de trabalho e produção, onde a interação familiar por laços de parentesco e as conexões comunitárias com outras famílias são bastante intensas e de alto valor simbólico (SCHNEIDER, 2016).

Na atualidade, especialmente no contexto do sul do Brasil, os agricultores familiares representam uma forma social de trabalho e produção que se reproduz em um ambiente amplamente mercantilizado (CONTERATO, 2008). Conforme Niederle *et al.* (2014), a expansão das relações capitalistas de produção e a mercantilização da agricultura e do espaço rural não ocorreram de forma linear nos diversos contextos, tampouco implicaram em resultados homogêneos em termos de padrões tecnológicos, institucionais, de organização do trabalho, de inserção nos mercados e de representação ideológica.

Assim, pode-se falar da mercantilização como geradora de heterogeneidades e também parte do processo de constituição da identidade dos atuais agricultores familiares. Ainda que não se possa falar de um processo único e universal a mercantilização é um amplo processo social (MARSDEN *et al.*, 1995). Ela não fica restrita apenas ao trabalho na agricultura, pois também alcança as práticas sociais dos agricultores e resulta em dinâmicas diferenciadas, tanto de desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário, como de desenvolvimento regional.

Os mercados não são estruturas rígidas, externas e dadas a priori, sob os quais os sujeitos sociais têm baixa capacidade de incidência. Eles são espaços socialmente construídos, por diferentes atores, que interagem e disputam recursos, desde seus diversos interesses, nos mais variados espaços (CONTERATO *et al.*, 2011). Assim, a configuração de determinado mercado resulta da interação dos atores nele interessados, podendo assumir características favoráveis aos agricultores familiares, por isso na literatura recente aponta-se que os agricultores precisam de mais e melhores mercados (SCHNEIDER, 2016; PLEIN, 2020), pois dependendo de suas configurações podem representar importantes novidades, como os mercados institucionais, ou mercados aninhados (PLOEG, 2016), podem contribuir para o avanço de sistemas alimentares sustentáveis (SWENSSON, 2019; OLIVEIRA; GRISA; NIEDERLE, 2020).

Conforme Schneider (2010, p. 111), “[...] é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba.” De acordo com sua maior, ou menor inserção mercantil, configuram-se distintas formas de agricultura que, de acordo com Ploeg (2008), podem ser: camponesa, empresarial ou capitalista.

4 FORMAS DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A forma camponesa de agricultura é orientada para a defesa e melhoria das condições de vida dos agricultores, que são os proprietários dos meios de produção essenciais e usam força de trabalho predominantemente familiar. Ela se caracteriza pelo uso sustentado do capital ecológico, destinando a produção ao mercado, a reprodução da família e da unidade de produção, sendo a luta por autonomia uma de suas marcas fundamentais. Nessa forma de agricultura desenvolve-se a pequena produção mercantil, onde a parcela da produção comercializada constitui-se como mercadoria, mas a força de trabalho e outros recursos produtivos (terra, sementes, conhecimentos, etc.) entram no processo de trabalho não como mercadorias, mas como valores de uso. A produção camponesa é identificada com reduzido grau de mercantilização (PLOEG, 2008; 2009).

Conforme Ploeg (2009), a modernização da agricultura implicou em aumentos da escala de produção e na diminuição da absorção de trabalho agrícola através da intensificação no uso de tecnologia, ocorrendo um abrupto e multifacetado processo de mercantilização, especialmente da matriz de insumos. Essa reestruturação do processo de produção e a mercantilização formaram a base sob a qual emergiu a forma empresarial de agricultura, todavia esse modo não fez desaparecer totalmente a forma camponesa.

Na forma empresarial de agricultura a produção é voltada para o mercado, sendo altamente especializada e impulsionada por aumentos constantes de escala. Ela é fortemente baseada no uso de capital financeiro e industrial, na forma de crédito, insumos e tecnologia, o que torna os agricultores dependentes do mercado. Nessa forma de agricultura ocorre a produção simples de mercadorias, onde, a exceção do trabalho, todos os demais recursos entram no processo produtivo como mercadorias, o que a torna altamente mercantilizada (PLOEG, 2008; 2009).

O modelo agroexportador é a base que sustenta a emergência da forma capitalista de agricultura, onde a produção é guiada pelo objetivo de maximizar o lucro. Ela engloba uma extensa rede de empresas agrícolas, com grande mobilidade e que possuem elevada capacidade de incidência sobre os mercados agrícolas e os sistemas alimentares. Nela se utiliza basicamente trabalho assalariado, desenvolvendo a produção capitalista de mercadorias, com a mercantilização completa do processo de produção, pois o trabalho, os insumos e a produção circulam como mercadorias (PLOEG, 2008; 2009).

Essas três formas de agricultura desenvolvem diferentes mecanismos de relação entre os atores e de construção de mercados, que incidem diretamente na conformação dos territórios onde se instalam. A forma camponesa é alicerçada num modelo de mercados baseado em circuitos curtos e descentralizados, onde a produção e o consumo de alimentos têm vínculos mais locais e regionais, configurando redes onde a reciprocidade tem presença mais intensa e que tendem a fugir do controle direto do capital. Nas formas empresarial e capitalista se constituem modelos mais centralizados, ligados ao consumo mundial e a industrialização da agricultura e da alimentação, operando cada vez mais em escala global, sob o controle do capital, através de grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos, configurando os denominados impérios alimentares. Os impérios alimentares impulsionam as formas empresarial e capitalista de agricultura e buscam subordinar, conforme seus interesses, a produção e o consumo mundial de alimentos (PLOEG, 2008).

Desde aí se define a agricultura familiar, como sendo um ator social que desenvolve sistemas produtivos agrícolas que transitam entre a forma camponesa e empresarial de agricultura, podendo, ao longo do tempo, estar mais vinculado a uma forma ou a outra. Conforme Ploeg (2008; 2009) as três formas de agricultura são movimentos inter-relacionados através do tempo, existindo entre elas complexas interfaces, sobreposições consideráveis e movimentos contraditórios. Apesar de certa fluidez conceitual que implica essa forma de definir a agricultura familiar, acredita-se que ela possui maior alcance explicativo que as definições puramente morfológicas, especialmente quando se analisa a inserção dessa categoria social no processos de desenvolvimento rural e territorial contemporâneos, pois eles também são fluídos e dinâmicos.

Nos espaços onde territorializam-se, as distintas formas de agricultura implicam em diferentes padrões de desenvolvimento regional, gerando perspectivas mais endógenas, ou mais dependentes de fatores externos. A forma camponesa é marcada pela intensa ativação de circuitos comerciais curtos, pela maior autonomia da economia regional em relação aos mercados internacionais de insumos e produtos. Ela apresenta maior aderência ao que Caron *et al.* (2020) apontam como a necessidade de “renascimento do rural” para a transformação dos sistemas alimentares e para o desenvolvimento sustentável, com maior valorização da sociobiodiversidade local, da reciprocidade e da sustentabilidade. Por outro lado, sua expansão é limitada pela capacidade regional de consumo, pela crescente presença e competição dos produtos gerados sob as outras duas formas de agricultura. Além disso, também existem barreiras institucionais, relacionados a inadequação da legislação sanitária, ao limitado acesso ao crédito e assistência técnica, falta de incentivo a pesquisa e desenvolvimento tecnológico adaptado as especificidades socioambientais dos territórios.

As formas empresarial e capitalista de agricultura, mais vinculadas as cadeias globais de valor e dependentes do capital financeiro-industrial, vinculam crescentemente as economias regionais aos circuitos internacionais, ampliando sua vulnerabilidade, em decorrência do crescente processo de competição, da ampliação dos riscos associados as oscilações nos mercados e as crises globais. Todavia, beneficiam-se da funcionalidade decorrente da organização das cadeias produtivas, como as facilidades no acesso aos insumos, ao crédito, aos mercados e assistência técnica. Sob essas formas de agricultura, os padrões agrícolas são guiados pela necessidade crescente de padronização dos produtos, de aumento de escala, de incorporação de tecnologia e de insumos controlados pela indústria. Isso implica em maior dependência dos agricultores e da economia regional aos interesses dos impérios alimentares, com maior artificialização dos processos produtivos, homogeneização da cultura alimentar, industrialização das dietas e ampliação da desconexão entre produtores e consumidores, configurando mercados agroalimentares que se distanciam da perspectiva de segurança alimentar e nutricional apontada por Preiss e Schneider (2020a).

5 TRAJETÓRIAS, FORMAS DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A primeira trajetória caracteriza-se pela desagrarização das famílias, sendo marcada fortemente pelo processo de desativação das atividades agrícolas e descampesinização. Esse é o caso de cinco famílias, aqui denominadas de famílias desagrarizadas (FDesag), que no primeiro ano da pesquisa desenvolviam atividades agrícolas, produzindo para o autoconsumo

e para a venda, mas no segundo pesquisado haviam descontinuando integralmente essas duas modalidades de produção. Além do desinvestimento de todo capital, elas passam a depender dos recursos de aposentadoria, pois destas famílias, pesquisadas em 2003, permaneceram apenas as viúvas, em 2018. Trata-se de um processo de total desagrarização, marcado fortemente pela ausência de sucessores, pelo envelhecimento, pela redução do número de integrantes e a migração para a cidade.

Sob a ótica das famílias, esse tipo de trajetória aponta para desativação das atividades agrícolas e também para o que Ploeg (2008) denomina de descampesinização dos espaços rurais, pois as famílias abandonam o campo e suas terras são vendidas para outras famílias, que dão continuidade ao processo de produção agrícola. Em termos territoriais, isso implica na configuração de um padrão de desenvolvimento marcado pela redução da densidade populacional no campo e pelo esvaziamento das comunidades rurais, além da concentração da terra e do aumento da urbanização das regiões.

Outro tipo de trajetória é marcado pela desativação da produção agrícola para a venda, que ocorre de forma combinada com a manutenção da produção para autoconsumo. Essa trajetória foi percorrida por vinte e uma famílias, que serão aqui denominadas de famílias voltadas ao autoconsumo (FAutoc). Nesses casos ocorre a desativação da produção agrícola de caráter comercial, mantendo-se a venda esporádica de pequenos excedentes, mas as famílias reconfiguram sua organização econômica e os sistemas produtivos, alinhando-os com a forma de agricultura camponesa.

A trajetória das FAutoc é marcada por forte redução das áreas cultivadas, do capital mobilizado, do consumo intermediário⁵ e da tomada de crédito no sistema financeiro, como se observa na Tabela 1. São famílias que sucumbem a pressão dos impérios alimentares, sendo excluídas de cadeias produtivas crescentemente organizadas sob os parâmetros das formas empresariais e capitalista de agricultura, destacadamente a produção de leite e soja, que tinham grande centralidade nos sistemas produtivos dessas famílias no primeiro ano da pesquisa.

Tabela 1 – Composição das atividades produtivas do grupo FAutoc, 2002 – 2017

Características	2002	2017
Superfície agrícola média utilizada por família (ha)	14,01	2,40
Capital médio familiar (R\$)	38.173,09	18.860,06
Acesso ao crédito agrícola (número de famílias)	16	1
Produção de soja (número de famílias)	18	0
Produção de leite (número de famílias)	19	5

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e Pesquisa de campo 2018.

Nesse tipo de trajetória também tem peso a ausência de sucessores, que faz reduzir o tamanho e aumentar a idade média do grupo familiar, o que gera acentuada queda na disponibilidade de força de trabalho dessas famílias, como se observa na Tabela 2. Frente a isso, essas famílias optam por arrendar suas terras e aumentam a participação relativa do trabalho não agrícola na alocação do trabalho familiar. Disso tudo decorre a sensível redução da renda agrícola, que passa de 55,95% para 9,86% da renda total das famílias. Por outro lado, a participação dos recursos da aposentadoria na renda total cresce sensivelmente (passa de

⁵O consumo intermediário se expressa em reais (R\$) e representa todos os gastos monetários necessários para a realização de um ciclo produtivo e que são consumidos integralmente nesse mesmo ciclo. Envolve, especialmente, insumos, pagamento de serviços temporários, despesas com manutenção de máquinas e instalações.

12,14% para 51,47%), ao que se soma a renda de atividades não agrícolas (contribui com cerca de 25% da renda total nos dois anos da pesquisa) e, por fim, os recursos de arrendamento das terras (vai de 0,5% para 10,69% da renda total).

Tabela 2 – Variação no perfil das famílias e na composição das atividades produtivas do grupo FAutoc, 2002 – 2017

Características	2002	2017
Tamanho das famílias (número médio de integrantes)	3,81	2,76
Idade média das famílias (anos)	41,34	57,28
Participação de mulheres (%)	48,75	51,72
Disponibilidade de trabalho familiar (UTHs ⁶ /família)	2,87	1,54
Mão de obra familiar em atividades não agrícolas (%)	16,61	35,67

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e Pesquisa de campo 2018.

Metade do grupo das FAutoc passam a habitar em vilas rurais, cerca de um quinto transfere domicílio para as cidades locais e o restante conserva os domicílios nos espaços rurais, sendo um grupo em que cresce e passa a predominar a presença feminina. A trajetória desse grupo de famílias produz forte impacto sobre as dinâmicas territoriais, pois altera o perfil das regiões rurais, com aumento da presença de núcleos familiares pequenos e de idade elevada. Essas famílias ativam padrões de sociabilidade que reinventam constantemente a cultura camponesa e as dinâmicas comunitárias, desde as possibilidades e interesses desses atores sociais, chamados de agricultores aposentados.

O padrão de agricultura impulsionado pelas FAutoc possui dupla face, em termos da configuração da identidade dos agricultores familiares. Por um lado, este grupo de famílias reinventa sua condição de proprietários de terra, pois não mais a utilizam para a produção agrícola comercial e passam a usá-la para auferir renda por meio do arrendamento. Por outro lado, eles mantêm seu vínculo histórico com as atividades agrícolas, produzindo grande diversidade de produtos destinados para sua alimentação, utilizando para tal pequenas frações de suas terras.

Disso decorre a configuração de uma paisagem agrária mais diversa e de um território rural povoado, pois ele segue sendo o local de vida e de moradia dessas famílias. Esse tipo de trajetória tem elevado impacto sobre a dinâmica territorial, pois envolve número expressivo de famílias (cerca de um terço do grupo pesquisado), que passam a basear suas vidas nos recursos da aposentadoria, o que acrescenta um novo e importante traço nas características territoriais, que é a crescente dependência regional aos recursos externos, de origem previdenciária.

A produção agrícola, para consumo próprio, das FAutoc é marcada por grande diversidade de produtos, pela pequena escala, o intenso uso de trabalho manual e mão de obra familiar. Ela se desenvolve desde uma perspectiva de maior cuidado com a produção, pois são os produtos que irão para a própria mesa, ou serão distribuídos nas redes de reciprocidade das famílias. Assim, formas mais naturais de produção apresentam espaço potencial para seu desenvolvimento, com valorização dos atributos de qualidade ante a quantidade. Nesse sentido, essas famílias impulsionam um padrão agrícola mais autônomo e independente dos circuitos mercantis globais e dos insumos industriais, apresentando elevada identidade com a forma

⁶ Unidade de Trabalho Homem (UTH) – uma UTH equivale a 300 dias de trabalho de oito horas e mede a quantidade disponível de trabalho familiar, sendo calculada considerando-se a idade e o tempo dedicado às atividades produtivas. Quanto à idade das pessoas, considerou-se: 1,0 UTH (de 18 a 59 anos); 0,75 UTH (de 14 a 17 anos, ou mais de 60 anos); 0,5 UTH (de 7 a 13 anos); em caso da pessoa estudar um turno, contabilizou-se somente 50% desses valores.

camponesa de agricultura, alinhando-se, no campo das práticas agrícolas, ao que Dallabrida e Benedetti (2016) denominam de perspectiva pós produtivista para os espaços rurais. Porém, ao arrendar suas terras para terceiros, elas também impulsionam a forma empresarial de agricultura, levada a cabo por agricultores mais capitalizados e que precisam ampliar a escala de produção, mas que não possuem área própria suficiente.

Por fim, outra trajetória é percorrida por 32 famílias, aqui denominadas de famílias agrícolas (FAgric), pois elas mantêm a produção para autoconsumo e ampliam a produção agrícola para a venda. Essas famílias ampliam em 43,22% as áreas efetivamente utilizadas para as atividades agrícolas, dobram o capital investido e triplicam o consumo intermediário, como se observa na Tabela 3. Em que pese menos famílias terem acessado crédito bancário, observa-se forte crescimento no valor médio financiado, o que revela ampliação da dependência dos sistemas produtivos dessas famílias ao capital financeiro. Esse processo de redução do número de famílias que acessam crédito e de aumento do valor médio financiado acompanha o panorama nacional que, conforme Aquino, Gazolla e Schneider (2018), contribui para a diferenciação e geração de desigualdades internas na agricultura familiar.

Tabela 3 – Composição das atividades produtivas do grupo FAgric, 2002 – 2017.

Características	2002	2017
Superfície agrícola média utilizada por família (ha)	19,48	27,09
Capital médio familiar (R\$)	84.370,65	163.624,16
Consumo intermediário médio/família (R\$)	38.964,45	111.489,35
Acesso ao crédito agrícola (número de família)	22	18
Valor médio financiado (R\$)	40.045,30	102.015,87

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e Pesquisa de campo 2018.

Apesar da redução do tamanho e do envelhecimento das FAgric, como se observa na Tabela 4, trata-se de um grupo de famílias de perfil mais jovem e com maior número de integrantes que as FAutoc, o que contribui para a manutenção de maior disponibilidade de trabalho. A maior parte do trabalho dessas famílias continuou sendo alocado em atividades agrícolas, todavia, cresceu o número de famílias (de cinco para dez) com um indivíduo, ou mais, que trabalham em tempo integral em atividades não agrícolas, o que fez a renda com origem dessa fonte passar de 11,73% para 14,52% da renda total do grupo. Esses dados corroboram os resultados dos trabalhos que apontam a crescente importância da pluriatividade entre as famílias agricultoras (ESCHER *et al.*, 2014; SAKAMOTO; NASCIMENTO; MAIA, 2016), todavia, entre as famílias pesquisadas, a renda agrícola manteve-se predominante (cerca de 70% da renda total em 2002 e 2017) e a renda de aposentadoria apresentou leve redução relativa na composição da renda total.

Tabela 4 – Variação no perfil das famílias e na composição das atividades produtivas do grupo FAgric, 2002 – 2017

Características	2002	2017
Tamanho das famílias (número médio de integrantes)	4,75	3,66
Idade média das famílias (anos)	36,69	49,43
Participação relativa de mulheres (%)	48,68	49,57
Disponibilidade de trabalho familiar (UTHs/família)	3,13	2,80
Mão de obra familiar em atividades não agrícolas (%)	9,14	17,59

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e Pesquisa de campo 2018.

Essas famílias ampliam a superfície utilizada através da compra de terras, que foi realizado por dezoito famílias, ou com o uso da terra de terceiros, através de arrendamento. Esse último mecanismo de ampliação de áreas utilizadas para atividades agrícolas foi acionado

de forma crescente, tanto em relação ao número de famílias, como do tamanho médio das áreas arrendadas, como se observa na Tabela 5. Todavia, nem todas as famílias conseguem ampliar suas áreas e intensificar o uso de tecnologia na escala e intensidade exigidas no processo de crescente mercantilização, o que implica na exclusão produtiva de muitas delas, como se observa na referida tabela.

As atividades produtivas mais relevantes para essas famílias, em termos comerciais, são a produção de leite e de soja, desenvolvidas em sistemas produtivos com apenas uma dessas atividades, ou com a combinação de ambas. Como se observa na Tabela 5, o número de famílias que desenvolvem essas atividades cai consideravelmente, ao mesmo tempo em que cresce fortemente a escala de produção, medida pelo tamanho da área cultivada com soja e pelo volume anual de leite produzido. A ampliação da escala e a especialização produtiva fizeram crescer o produto bruto (PB)⁷ gerado por essas famílias (passa de R\$ 2,8 milhões para R\$ 7,7 milhões) e, com isso, apesar do aumento do consumo intermediário e dos custos de depreciação, aumenta o valor da renda agrícola⁸ anual média de cada família, que passa de, aproximadamente, R\$ 37 mil para R\$ 109 mil. Cabe destacar a elevada concentração do valor produzido pois, em 2017, apenas quatorze famílias, todas pertencentes ao grupo FAgric, geravam 77% de todo o produto bruto produzido pelo conjunto das famílias pesquisadas.

Como se observar na Tabela 5, o número de famílias que criava suínos também se reduz, sendo que essa atividade é altamente concentrada, pois o número de animais no conjunto das famílias pesquisadas dobra entre os anos pesquisados (passa de 2.500 para 5.148 cabeças), mas, no segundo ano da pesquisa, 97,18% desses animais são produzidos por apenas duas famílias. Além disso, diminui o número de famílias que criam galinhas e que cultivam milho, o que aponta para a redução da diversificação dos sistemas produtivos dessas famílias. Por outro lado, tipicamente, essas famílias mantêm hortas e pomares diversificados que, da mesma forma que a criação em pequena escala de galinhas e suínos, destina-se ao consumo da própria família.

Tabela 5 – Composição das atividades produtivas do grupo FAgric, 2002 – 2017

Características	2002	2017
Arrenda terras de terceiros (número de famílias)	16	18
Área média arrendada por família (ha)	13,64	18,8
Produzem milho (número de famílias)	30	24
Cria suínos (número de famílias)	29	20
Cria galinhas (número de famílias)	31	25
Produz soja (número de famílias)	27	20
Área média cultivada com soja por família (ha)	7,75	23,23
Bovinopecuária leiteira (número de famílias)	29	20
Volume médio de leite produzido por família (litros/ano)	39.397	125.085

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e Pesquisa de campo 2018.

As FAgric percorrem uma trajetória de expressiva especialização produtiva, de intensificação no uso de tecnologia e de ampliação da escala de produção, alinhando-se a forma empresarial de agricultura e atrelando os sistemas produtivos as cadeias globais de valor. Por

⁷ Produto Bruto (PB) representa a produção gerada no sistema (para venda e autoconsumo) durante um ano agrícola, obtida pela conversão da produção agropecuária vegetal, animal e da transformação caseira em valores monetários. O cálculo para a sua obtenção é feito através da multiplicação das quantidades produzidas por seus preços unitários de venda e se expressa em reais (R\$).

⁸ Renda agrícola é a parte do valor gerado no processo de produção que fica com o agricultor. Resulta da subtração do PB de todos os demais custos de produção, como depreciação, consumo intermediário, juros, impostos e arrendamento.

outro lado, em que pese a redução de algumas atividades, elas conservam ativamente a produção diversificada para autoconsumo, sob parâmetros de produção desmercantilizados e alinhados a forma camponesa de agricultura. Ou seja, ainda que ocorra o avanço da lógica dos impérios alimentares entre as famílias estudadas, elas seguem combinando em seus sistemas produtivos as formas camponesa e empresarial de agricultura, mantendo, ao longo do período estudado, sua identidade de agricultores familiares (PLOEG, 2018).

Nesses termos, não se pode dualizar, ou tornar estanques e absolutos os vínculos dessa categoria social com apenas uma ou outra forma de agricultura, ou mesmo com padrões produtivistas, ou pós produtivistas (DALLABRIDA; BENEDETTI, 2016), pois esses agricultores, como ativos processadores de informações e desenvolvedores de estratégias (LONG, 2007), modificam continuamente ao longo do tempo os estilos de agricultura que desenvolvem, transitando entre as formas empresariais e camponesa.

Essas famílias mantêm os domicílios, principalmente, em espaços rurais e, secundariamente, em vilas rurais. Todavia, a dinâmica territorial que decorre das trajetórias familiares desse grupo sofre expressiva alteração ao longo do tempo. Uma delas diz respeito a intensificação da pluriatividade, onde indivíduos com domicílio rural ampliam sua participação em atividades não agrícolas em espaços urbanos, o que implica no maior entrelaçamento das dinâmicas rurais e urbanas, produzindo territórios menos fragmentados internamente. Por outro lado, a produção de *commodities*, massificada e sem vínculos de identidade do produtor e do território de origem, amplia a desconexão entre produtores e consumidores, pois desconsidera o potencial ecológico e cultural que diferencia as regiões e seus atores e que poderia, ou deveria, compor as estratégias de valorização da identidade territorial, de uso dos mecanismos de distinção como catalizador do desenvolvimento e da construção da sustentabilidade (TRICHES; SCHNEIDER, 2015; FAVARETO, 2019; DOS ANJOS; DA SILVA; CALDAS, 2020).

Além disso, a ampliação da mercantilização, impulsionada pela forma empresarial de agricultura, aumenta a capacidade produtiva das famílias, gerando grande quantidade de excedentes agrícolas, que são inseridos nos circuitos globais de valor e deles passam a depender. Isso amplia a exportação regional de excedentes, o que contribui com o crescimento econômico, todavia, subordina os agricultores aos interesses dos impérios alimentares, reduzindo as margens de manobra e sua autonomia frente aos interesses dos diversos atores ligados as cadeias globais de valor.

Assim, as trajetórias dessas famílias e as formas de agricultura por elas desenvolvidas produzem um território que se articula crescentemente com as dinâmicas globais, inserindo-o de forma subordinada e dependente, em termos tecnológicos, de financiamento e de acesso aos mercados. Trata-se de um padrão de desenvolvimento que possibilita a consolidação econômica de parte das famílias, que capitalizam-se mais e tendem a concentrar o valor da produção, mas que gera a exclusão produtiva das famílias com limitados recursos produtivos, especialmente de terra e capital.

Ainda, cabe apontar que o padrão tecnológico produtivo, impulsionado pela forma empresarial de agricultura, implica no expressivo uso de insumos industriais, entre os quais adubos de alta solubilidade, uma gama enorme de venenos agrícolas, além de antibióticos e hormônios. Trata-se de um modelo de agricultura que da base a um sistema agroalimentar fortemente dependente de petróleo e seus derivados, que tem sido severamente criticado em

função da insustentabilidade ambiental, dos efeitos perversos sobre o clima, da desconexão entre produção e consumo e da incapacidade de nutrir adequadamente o conjunto da população (TRICHES; SCHNEIDER, 2015; DALLABRIDA; BENEDETTI, 2015; PREISS; SCHNEIDER, 2020b). Assim, o modelo de agricultura impulsionado por esse grupo de famílias segue uma trajetória que distancia a dinâmica territorial da necessária transição para a sustentabilidade, do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da pauta da Agenda 2030, como argumenta Favareto (2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi identificar as mudanças realizadas nos sistemas produtivos de agricultores familiares e discutir as implicações que elas geraram nas dinâmicas de desenvolvimento regional. Foram identificados três tipos de trajetórias familiares, com diferentes efeitos na dinâmica regional.

A trajetória de desagrarização é marcada pela desativação da agricultura, descapitalização, venda das terras e a migração para as cidades. Essa trajetória é percorrida especialmente por famílias de reduzido tamanho e elevada idade média, que não possuíam sucessores para as atividades agrícolas. Ela implica na configuração de um padrão de desenvolvimento regional marcado pela redução da densidade populacional no campo e o esvaziamento das comunidades rurais, além da concentração da terra e do aumento da urbanização.

Outra trajetória é marcada pela desativação da produção agrícola destinada para a venda, mas com a manutenção da produção para autoconsumo. Essa trajetória é marcada pela desmercantilização da agricultura, a redução do capital investido e o intenso arrendamento de terras por famílias de idade mais avançada, mas que optam em permanecer nos espaços rurais, vivendo e produzindo apenas para o autoconsumo. Isso produz uma paisagem regional mais diversificada, com forte presença de aposentados nos espaços rurais, que ativam formas camponesas de agricultura, pautadas pela qualidade e gerando poucos excedentes comercializáveis, porém configurando um território mais autônomo em relação aos impérios alimentares. Por outro lado, o intenso arrendamento das terras se mostra funcional as formas empresariais de agricultura, pois elas são ativamente buscadas por agricultores que aderem a essas formas, porém possuem limitados recursos, destacadamente terra.

Por fim, a trajetória de intensificação das formas empresarias de agricultura é marcada pelo aumento no uso de capital e forte elevação nas escalas de produção, o que gera expressivo volume de excedentes comercializáveis, marcadamente de *commodities*, que impulsionam o crescimento da economia regional. Porém, essas alterações tornam a paisagem da região intensamente marcada por monocultivos, com sistemas produtivos especializados e altamente dependente das oscilações e riscos associados aos mercados globais. Essas famílias tornaram-se menos autônomas, crescendo a dependência ao capital financeiro, aos insumos, tecnologias e mercados controlados pelos impérios alimentares. Essas transformações na agricultura contribuíram para o processo de exclusão produtiva de muitas famílias, além da concentração das riquezas, que passa a marcar mais intensamente os espaços rurais e a paisagem regional.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, F. S.; SILVA, F. N.; CALDAS, N. V. Indicações geográficas, capital social e desenvolvimento territorial. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 721-743, abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v25i2.9636>.
- AQUINO, J.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>.
- CARON, P. *et al.* Sistemas alimentares para o desenvolvimento sustentável: propostas para uma profunda transformação em quatro partes. *In.*: PREIS, P.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Sistemas alimentares no século XXI: debates contemporâneos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2020. p. 25-49. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211399/001115756.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: jan. 2020.
- CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- CONTERATO, M. A. *et al.* Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. *In.*: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 67-89.
- DALLABRIDA, V. R.; BENEDETTI, E. L. Do produtivismo, ao neoprodutivismo, para o pós-produtivismo: perspectivas teóricas recentes na interpretação das mudanças no espaço rural e elucidação de práticas inovadoras. **Redes**, Santa Cruz Sul, v. 21, n. 3, p. 117 - 136, set./dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v21i3.7611>.
- ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; SCARTON, L.M; CONTERATO, M. A. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 643-668, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000400002>.
- FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100021>.
- FAVARETO, A. Transição para a sustentabilidade no Brasil e o desenvolvimento territorial nos marcos da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Parc. Estrat.**, Brasília, v. 24, n. 49, p. 49-72, jul./dez. 2019. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/930. Acesso em: jul. 2020.
- FAVARETO, A.; BERDEGUE, J. Mudanças globais e locais - implicações para o futuro do enfoque territorial do desenvolvimento rural em América Latina. *In.*: PERAFAN, M.E.V.; GRISA, C.; TARTARUGA, I.; RAMIREZ-MIRANDA, C.A. (Orgs.). **Gestão e dinâmicas em desenvolvimento territorial**. Curitiba: Editora DRV, 2018, v. 1, p. 29-54.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 19 – 50.

LEITE, S. P. Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida? **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 1, p. 227-254, fev. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n1-10>.

LIMA, A. J. P. *et al.* **Administração da Unidade de Produção Familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1995.

LONG, N. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México: Ciesas, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARSDEN, T. *et al.* Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces. **Jornal of Rural Studies**, London, v. 11, n. 3, p. 285 - 296, 1995. DOI: [https://doi.org/10.1016/0743-0167\(95\)00027-K](https://doi.org/10.1016/0743-0167(95)00027-K).

NIEDERLE, P. A. *et al.* Estilos de agricultura: capturando a diversidade do rural contemporâneo. *In*: CONTERATO, M. *et al.* (org.). **Pesquisa em desenvolvimento rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 205 - 225.

OLIVEIRA, D.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, jan. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v25i1.14248>.

PLEIN, C. Agricultura familiar, mercados e cooperativismo: limites e possibilidades de um “contramovimento”. **Braz. J. of Bus.**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 2456-2463, jul./set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34140/bjbv2n3-042>.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 15 -56.

PLOEG, J. D. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. *In*: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 21-52.

PLOEG, J. D. V. D. Differentiation: old controversies, new insights. **The Journal of Peasant Studies**, London, p. 1 – 36, Set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2017.1337748>.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. Mercados e Segurança Alimentar e Nutricional. *In.*: PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. (Org.). **A Contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020a. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/211291>. Acesso em: ago. 2020.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. **Sistemas alimentares no século XXI**: debates contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020b. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/211399> . Acesso em: ago. 2020.

SAKAMOTO, C. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. As famílias pluriativas e não agrícolas no rural brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **RESR**, Piracicaba, v. 54, n. 3, p. 561-582, Jul./Set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790540309>.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul./set. 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28846> . Acesso em: maio 2015.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. *In.*: MARQUES, F. C. *et al.*: **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93 - 140.

SWENSSON, L. F. J. Programas institucionais de aquisição de alimentos e organizações de produtores: catalisadores para a transformação de sistemas de abastecimento de alimentos de pequenos produtores. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 30-44, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v24i1.13041>.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 75, p. 55-75, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280973572_Alimentacao_sistema_agroalimentar_e_os_consumidores_novas_conexoes_para_o_desenvolvimento_rural. Acesso em: set. 2018.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.